

País e bancos fecham acordo no fim do mês

Acerto só entrará em vigor se houver entendimento entre o Brasil e a família Dart

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Os bancos credores e o governo brasileiro assinarão o acordo de redução e reestruturação de US\$ 35 bilhões da dívida externa no final do mês, em Toronto, Canadá. A data aproximada da cerimônia de assinatura foi acertada em reunião que o presidente do Banco Central, Pedro Malan, e o negociador da dívida, André Lara Resende, tiveram com a direção do comitê de bancos credores, em Nova York, na terça-feira. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, irá pessoalmente a Toronto para, com sua presença, mostrar o interesse e o empenho do País na normalização definitiva de suas relações com seus credores internacionais, depois de mais de 11 anos de crises e insolvências.

Só a assinatura, no entanto, não bastará para pôr o acordo em vigor. Há dois obstáculos no caminho e ambos terão de ser superados até fevereiro, o prazo final que o Brasil e os bancos acertaram para concluir



Camdessus, do FMI, mandará missão ao Brasil

o negócio. Vencer a primeira barreira depende da capacidade do ministro da Fazenda de mobilizar rapidamente o apoio político, no Planalto, no Congresso e na sociedade, para o ataque frontal ao déficit fiscal, que vem pregando há meses. É a condição para o apoio formal do Fundo Monetário Internacional à política econômica do governo. Perplexo com a lentidão de Cardoso, o diretor gerente do Fundo, Michel Camdessus, despachará uma missão negociadora a Brasília ainda este mês.

Sem o acordo com o Fundo, o

Brasil não terá acesso à emissão especial de títulos públicos americanos que servirão de garantia dos novos instrumentos da dívida a serem entregues aos credores privados. O subsecretário do Tesouro para Assuntos Internacionais, Lawrence Summers, reiterou essa posição a Pedro Malan, num encontro na segunda-feira.

Se o acordo sobreviver ao primeiro obstáculo, o governo e os bancos

credores terão de dobrar os Dart, uma família de empresários que detém cerca de 4% da dívida, é hoje a quarta maior credora do Brasil mas se recusa a aceitar os termos finais da negociação. Para tanto, os Dart teriam de colocar em bônus de desconto 35% dos US\$ 1,4 bilhão em valor de face que aplicaram em bônus de capitalização, na primeira escolha de ativos oferecida pelo Brasil.

Os bancos recusaram-se a abrir uma exceção e o governo já deixou claro que em nenhuma hipótese co-

locará o acordo em vigor sem a adesão da família. "O espaço de manobra é zero", disse um executivo familiarizado com as negociações. "O que se decidiu foi seguir adiante com a assinatura e, no final, apresentar aos Dart as duas únicas

alternativas possíveis: ou eles mudam de posição e assinam, ou não assinam e perdem tudo o que investiram (cerca de US\$ 400 milhões), junto com todos os outros credores", disse a fonte. "Nossa esperança", concluiu, "é os Dart se convencerem a fazer a escolha mais racional".

PARA MICHEL
CAMDESSUS,
NEGOCIAÇÃO
É MUITO LENTA